

Sarney espera acordo para votar reforma tributária até outubro



Jane de Araújo

■ Presidente do Senado acredita em negociação por se tratar de matéria sem natureza política ou partidária

O presidente do Senado, José Sarney, disse que acredita num "acordo geral" para aprovação da reforma tributária até o fim de outubro. Sarney recebeu ontem o presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva, que expôs a posição da entidade sobre o assunto. No Plenário, o senador Antonio Carlos Magalhães pediu que o texto final da reforma tributária dê melhor tratamento a estados e municípios. Até agora, afirmou ele, a União "soube se defender".

Página 3

Previdência: Tião Viana defende três subtetos

Página 4

Nordeste e Norte pedem mais recursos

Página 6



Para explicar o significado do Legislativo e aproximar-se das crianças, o Senado lançou ontem a cartilha *Eu Senadoro um Passeio!* Elaborada pelo cartunista Ziraldo, a publicação utiliza

o personagem Menino Maluquinho. Ao participar do lançamento (*foto*), o presidente do Senado, José Sarney, disse que a cartilha estabelece "uma ponte muito necessária" entre as novas gerações e as instituições.

Página 7

Comissões querem ouvir Palocci sobre FMI



Waldemir Rodrigues



Genildo Magalhães

ACORDO Senadores da CAE e da CI querem informações sobre o que está sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, serão ouvidos sobre as negociações entre o Brasil e o Fundo

Página 7

Monetário Internacional (FMI). A audiência pública deve ser promovida pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infra-Estrutura.

Costa quer regras para exploração de diamantes

Hélio Costa (PMDB-MG), em comunicação de liderança, pediu à Receita Federal que passe a emitir o Certificado Inter-

Roosevelt Pinheiro



Hélio Costa cobra certificado que legaliza atividade

nacional do Processo de Kimberley nas operações de exportação e importação de diamantes brutos. O certificado foi instituído pela Medida Provisória 125/03, editada em 31 de julho.

O parlamentar afirmou que o objetivo da MP foi legalizar a produção de diamantes. Mas, na prática, a ausência da certificação vem proibindo as operações de alfândega há mais de um mês, segundo Hélio Costa. Ele informou que 90% dos diamantes produzidos no Brasil saem do país por contrabando e pediu à Receita que passe a emitir os certificados tão logo receba a MP.

Hélio Costa apresentou dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que atestam a exportação, em 2002, de US\$ 32,67 milhões em diamantes, a maioria em estado bruto (96% do total). Se a produção fosse legalizada, afirmou o senador, as exportações seriam dez vezes maiores.

O senador pediu ainda a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Teófilo Otoni (MG), cidade que tem um centro de lapidação que comemora 150 anos no próximo domingo. A ZPE – cujo processo está pronto há vários anos – ampliaria a exportação de diamantes lapidados.

Agenda

Senadores fazem homenagem a Roberto Marinho

Para reverenciar a memória do jornalista Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo, será realizada sessão especial em sua homenagem, às 11h. A partir das 14h30, os senadores continuam a

discutir o Projeto de Lei de Conversão nº 23/2003 à medida provisória que cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e define normas para o setor farmacêutico.

Sarney recebe professor da Universidade de Sorbonne

O presidente do Senado, José Sarney, recebe, às 9h30, o cientista político Stéphane Monclaire, da Universidade de Sorbonne (França); às 10h30, Annick Thebia-Melsan, da Organização das Nações Unidas (ONU); e às 11h, preside a sessão especial em homenagem ao jornalista Roberto Marinho. Sarney dirige os trabalhos legislativos em Plenário a partir das 15h30 e às 19h participa de inauguração da Secretaria de Estado da Articulação Nacional "Casa de Santa Catarina".

Presidente do STJ fala sobre reforma do Judiciário

A Comissão de Justiça (CCJ) se reúne, a partir das 9h, para examinar o Projeto de Lei do Senado nº 74/03, que trata da instalação de presídios federais de segurança máxima, entre outras proposições.

A partir das 11h, o colegiado realiza audiência pública para discutir com o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Vital Naves (foto), a PEC nº 29/00, que trata da reforma do Poder Judiciário.



Rosinha Matheus participa de audiência pública

A Subcomissão da Dívida Pública, que tem realizado audiências com os governadores sobre as dívidas dos estados, se reúne hoje, às 10h, com a presença da governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (foto).



Na semana passada o colegiado ouviu o governador do Amazonas, Eduardo Braga. A subcomissão é presidida pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e tem como relator o senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

Comissão analisa propostas da sociedade



Presidida pelo senador Magno Malta (PL-ES) – foto –, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) realiza reunião hoje, às 10h30, com o objetivo de examinar sugestões apresentadas pela sociedade civil para elaboração de projetos de lei. O colegiado analisa a Proposta nº 8/03, apresentada pelo Conselho Federal dos Detetives Profissionais, que solicita a regulamentação da atividade de detetive profissional.

Mudanças na direção do Inca

Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) se reúne para votar requerimento do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) convocando o ministro da Saúde, Humberto Costa, para, em reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), prestar esclarecimentos sobre os procedimentos administrativos no Instituto Nacional do Câncer (Inca).

CPIs realizam reuniões hoje

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual ouve, às 11h, em caráter reservado, o depoimento de Valter Mafra, acusado de aliciamento de adolescentes para participação em orgias em Porto Ferreira (SP). A CPI do Banestado também se reúne hoje, às 16h30, para avaliar ações realizadas e definir o cronograma de trabalho para este mês.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Sliessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Eduardo pede mais recursos para o Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) protestou da tribuna contra anúncio feito pelo ministro dos Transportes, Anderson

Adauto, de que o estado do Tocantins terá "apenas 10 milhões de reais" no próximo ano para continuidade das obras da Ferrovia Norte-Sul. O senador informou que a eclusa do Laje-



Verba anunciada é insuficiente, protesta Eduardo

ado, na hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, para o escoamento de safras pelo Rio Tocantins, e as obras de rodovias federais no estado não contarão com recursos.

– Apenas 10 milhões de reais? Era melhor nada destinar à Ferrovia Norte-Sul – afirmou, indignado.

A informação foi prestada pelo ministro durante reunião com o governador do estado e parlamentares do Tocantins.

Eduardo fez apelo ao presidente Lula e ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para que revejam a posição adotada em relação ao seu estado.

Paysandu é alvo de injustiça, protesta Papaléo

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) protestou ontem contra a ameaça do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nilson

Naves, de rebaixar o time de futebol Paysandu Sport Clube, do Pará, para a segunda divisão do Campeonato Brasileiro. Segundo Papaléo, trata-se de um "prejulga-



Para Papaléo, time sofre ameaça de rebaixamento

mento que se choca com a necessidade de que ocupantes dos tribunais façam a estrita defesa das leis".

Para o senador, é impossível aceitar a alegação de que o presidente do Paysandu teria cometido irregularidades no cargo, uma vez que ele foi reintegrado no posto por liminar da Justiça.

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Líderes não fecham acordo para votar MP

Os líderes partidários não chegaram ontem a um acordo para a votação do projeto de lei de conversão (PLV nº 23/2003) à medida provisória (MP) que cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, além de definir normas para o setor farmacêutico. O projeto volta à pauta hoje e, enquanto isso, continuam aguardando análise outras quatro matérias, inclusive proposta de emenda à Constituição que trata da organização dos municípios.

A MP estabelece que o reajuste dos preços dos remédios, marcado para março de 2004, será baseado no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) aplicado sobre os preços em 31 de agosto de 2003.

Segundo o relator da medida na Câmara dos Deputados, Eduardo Campos (PSB-PE), a intervenção estatal se justifica porque "os gastos com medicamentos dos 10% mais pobres representam, em média, quase um terço do rendimento dessas famílias".

César Borges pede obras na malha viária

O senador César Borges (PFL-BA) externou ontem sua preocupação em relação à malha rodoviária federal do país, que está, segundo afirmou, "em situação deplorável". Embora reconheça que o problema não é recente, o senador enfatizou que o governo atual tem de sair da inércia e partir para o "espetáculo do trabalho" porque sem infra-estrutura o país não se desenvolve.

César Borges lembrou que é justamente nas estradas que circulam as riquezas do país, frisando que o Brasil não pode esperar o governo eleger suas prioridades, já que o quadro atual das estradas ceifa vidas e tira recursos da população.

Para o senador, não se pode admitir que o povo seja sacrificado porque o governo quer dar alguma tranquilidade ao mercado, preferindo pagar os juros da dívida externa em vez de tocar obras.

Em apertados, Eduardo Azevedo (PSDB-MG), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) se solidarizaram com César Borges.

Sarney acredita em "acordo geral" para aprovar reforma tributária

■ Para o presidente do Senado, matéria não tem natureza política ou partidária, o que facilita o consenso

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem acreditar em um "acordo geral" para a aprovação da reforma tributária até o fim de outubro, por se tratar de matéria "que não tem natureza política nem partidária, e é necessária para viabilizar o processo de modernização da administração pública e a retomada do desenvolvimento econômico".

– Vamos agir na expectativa de uma negociação para ter a reforma tributária o mais breve possível votada. Abre-se um grande espaço para que che-



DIÁLOGO Piva (E), presidente da Fiesp, saiu otimista da audiência com Sarney: "Temos um caminho a percorrer juntos", afirmou

guemos a um acordo geral, porque todos os envolvidos têm presente que é uma lei de grande interesse público e necessária ao Brasil.

Sarney reafirmou que o Senado deseja discutir a matéria "em maior profundidade" e previu a conclusão da votação das refor-

mas até o fim de outubro.

– Acredito que vamos cumprir os prazos regimentais. Durante setembro, até princípio de outubro, teremos votado a reforma da Previdência, e, até meados ou final de outubro, teremos votado a reforma tributária – declarou.

Ao sair de audiência com Sarney, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, disse que o senador está convencido de que a Casa terá um papel relevante na definição da reforma tributária e que funcionará como um protagonista de fato e não como coadjuvante.

– Exatamente por isso ele me deu a visão otimista de que temos um caminho a percorrer juntos, em benefício não apenas da produção, mas do Brasil – afirmou Piva.

O dirigente assinalou ainda que sua preocupação é expor as posições do empresariado, oferecendo sugestões nessa fase de discussões. Ele ressaltou que, do ponto de vista da Fiesp, essencial é a desoneração dos investimentos.

ACM exige melhor tratamento para estados e municípios

A discrepância no tratamento dispensado à União e aos estados e municípios pela proposta de reforma tributária foi alvo de protestos do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Embora admitindo que a reforma "é necessária e tem pontos positivos", ele afirmou ontem que a União soube defender seus interesses, ampliando e garantindo exclusividade na receita de alguns tributos, enquanto os demais entes da Federação teriam ficado à míngua quanto à repartição do bolo tributário nacional.

No seu ponto de vista, a União introduziu na PEC 41/2003 "tudo aquilo que lhe interessava". Ele citou, por exemplo, a extensão do prazo de desvinculação de 20% de suas



PROTEÇÃO Antonio Carlos acha que União soube defender seus interesses no projeto da reforma

receitas; a prorrogação e transformação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em permanente; a incidência do Programa de Integração Social (PIS) e

da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre produtos importados; e a possibilidade de criação de empréstimos compulsórios por lei ordinária.

– Se observarmos o conjunto da obra, a União soube se defender – afirmou.

Em contrapartida, observou Antonio Carlos, a proposta não concede aos entes da Federação a desvinculação de suas receitas. Além disso, retira a autonomia dos estados sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), determina o fim da política de concessão de incentivos e benefícios fiscais e prevê o repasse da arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR), considerado um "presente de grego"

pelo senador, pois seria insuficiente até para custeio da máquina pública.

Antonio Carlos disse ainda que a reforma não pode se resumir ao acerto das contas públicas da União nem os estados e municípios podem seguir "dependendo do governo federal, da verba orçamentária, da contingência do Orçamento, da vontade política ou das definições ou indefinições do cenário político e econômico".

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), considerou a reflexão do parlamentar baiano "madura e de grande responsabilidade", admitindo serem necessárias mudanças no sistema tributário, mas preservando a capacidade de custeio das políticas públicas da União.

PFL usa teatro em protesto contra aumento de impostos

Uma peça de teatro apresentada ontem no gramado em frente ao Congresso Nacional foi o destaque da manifestação contra o aumento da carga tributária organizada pelo PFL. A representação do enforcamento de trabalhadores, donas-de-casa e desempregados pelo aumento dos

impostos foi assistida por parlamentares e políticos do partido.

O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, comentou que a peça é uma forma irônica de manifestar que o Brasil não suporta mais qualquer aumento da carga tributária.



IRONIAS Na peça encenada ontem, donas-de-casa e trabalhadores são "enforcados" por causa da excessiva carga tributária do país

Senado deve corrigir injustiças, diz Paulo Octávio

Ao comentar a indicação do líder do PT no Senado, senador Tião Viana (AC), para relatar a reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador Paulo Octávio (PFL-DF) ressaltou a importância de a Casa fazer valer suas prerrogativas

legislativas e, sem açodamento, analisar profundamente a matéria e corrigir as injustiças, ilegalidades e inconstitucionalidades.

– Tenho a convicção de que, ao invés de se pretender a aprovação integral e sem correções da matéria, como vem sendo divulgado pela imprensa em todo o país, a indica-

ção de Tião Viana tem a boa intenção de designar um interlocutor confiável, com prestígio e sensibilidade social – afirmou.

Na avaliação do senador, o texto aprovado na Câmara traz medidas acertadas, como a majoração do tempo de serviço para que o servidor tenha direito à aposentadoria

integral e a possibilidade de submeter futuros funcionários ao teto de R\$ 2.400. Por outro lado, Paulo Octávio manifestou-se contrário a que atuais aposentados contribuam para a Previdência, à imposição de um redutor das pensões, às regras de transição e ao subteto triplo para União, governos estaduais e prefeituras.



Roosevelt Pinheiro

PRERROGATIVA Para Paulo Octávio, Previdência precisa ser bem analisada

Maguito quer ampliar alcance do seguro rural



Roosevelt Pinheiro
Medida protege agricultor contra riscos, diz Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto que permite à União subvencionar parte do custo da contratação do seguro rural pelos

agropecuaristas. Ele informou que estudos apontam que no primeiro ano após a implantação do seguro rural a área segura no Brasil deve aumentar de 3% para 15%, passando para 8 milhões de hectares.

Para Maguito, o seguro rural poderá ser um instrumento de proteção para os produtores que enfrentam riscos das atividades agrícolas, como as variações climáticas e pragas.

Crivella pede transporte para estudantes



José Cruz
Crivella apela por transporte gratuito para rede pública

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) lançou um apelo às autoridades do Rio de Janeiro pela concessão de transporte gratuito para alunos da rede pública de ensino. Segundo ele, a burocracia tem impedido a solução do problema e dificultado o transporte de milhares de estudantes.

Diante da informação de que a Superintendência Municipal de Transportes Urbanos vai tratar do assunto na próxima semana, o senador lamentou que o problema não seja visto como prioridade pelas autoridades.

Viana é contra emenda que fixa subteto único

■ Relator adverte que mudança poderia provocar aumentos salariais insuportáveis para os estados

O senador Tião Viana (PT-AC), relator da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), não concorda com a emenda que os partidos de oposição (PFL, PSDB e PDT) pretendem apresentar para substituir por apenas um os três subvetos salariais para os estados. A oposição defende um subteto estadual de 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Na prática, isso significaria que o maior salário nos estados, em seus três poderes, seria de aproximadamente R\$ 15.400.

– Acho que os subvetos diferenciados nos três poderes estaduais é uma situação mais justa. Existem estados, como o



Roosevelt Pinheiro
ACERTO Tião Viana afirma que a adoção de três subvetos para os estados é solução mais justa

Rio Grande do Sul, onde o salário do governador é de R\$ 4 mil e nenhum funcionário estadual pode ganhar mais que ele. Se o Congresso aprovar o subteto único, os salários dos governadores aumentarão.

Em alguns estados, segundo Viana, o reajuste é vinculado ao salário do governador, e, se for aprovado subteto único, poderá haver aumentos de salários insuportáveis para os estados.

Para Mão Santa, reforma da Previdência precisa ser aperfeiçoada pelos senadores

O senador Mão Santa (PMDB-PI) disse ontem, em discurso no Plenário, que o governo deve se aconselhar com o Senado para aprimorar a proposta de reforma da Previdência. Ele afirmou que o texto está repleto de erros, o que impedirá a solução do déficit previdenciário.

– O líder do futuro é o que tiver capacidade de ser indagador. Não são os peladeiros do sábado que irão apresentar soluções. O Senado é uma seleção e as leis têm que ser moldadas e modificadas por nós. E vamos modificar a proposta porque está muito fraquinha – declarou.

O senador manifestou a convicção de que o PMDB não dará apoio incondicional à propos-



Roosevelt Pinheiro
EQUIVOCOS Mão Santa disse que a proposta aprovada pela Câmara está repleta de erros

ta do Executivo. O parlamentar frisou que estão enganados “os que pensam que lideram o PMDB, os mesmos que não tiveram coragem de lançar uma candidatura própria para subir a rampa do Planalto com o povo”, e lançou um apelo aos

senadores para que discutam o assunto com profundidade.

– O presidente Lula disse que quem come apressado come cru. Não podemos comer apressado esta reforma. Esta não é a Casa da pressa, mas de muita responsabilidade e da moderação – observou.

Em aparte, o senador Efraim Morais (PFL-PB) manifestou confiança de que a proposta de reforma da Previdência será alterada, “com o apoio do PFL, do PDT e de Mão Santa, Heloísa Helena (PT-AL) e Paulo Paim (PT-RS)”. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) salientou que a população do Piauí já esperava esse posicionamento de Mão Santa.

Zambiasi cobra decisão sobre transgênicos

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu ontem que o plantio de sementes transgênicas seja liberado no Rio Grande do Sul, mesmo com a exigência de rotulagem dos produtos. Ao anunciar a visita de Luiz Inácio Lula da Silva ao estado, na sexta-feira, ele manifestou esperança de que o presidente dê uma notícia favorável sobre o assunto.

Segundo Zambiasi, apesar da safra recorde de grãos, os produtores gaúchos estão muito preocupados com o assunto, pois a utilização de sementes transgênicas domina a quase totalidade das zonas agrícolas do estado. A utilização da semente tradicional de soja é praticamente inexistente, uma vez que o plantio dos transgênicos é mais barato e a lavoura rende muito mais, afirmou.



Roosevelt Pinheiro
Não há evidência de dano ambiental, afirma Zambiasi

Benefícios
O senador observou que, nas lavouras que já utilizam os transgênicos há anos, não existe qualquer evidência de danos ao meio ambiente. Ao contrário, a redução no uso de agrotóxicos tem tido efeito benéfico nos rios, que voltaram a ser piscosos, assinalou o senador.

Para Zambiasi, a permissão para plantio dos transgênicos poderia ser dada emergencialmente para a safra 2003/2004, enquanto o governo prepararia estudos e uma regulamentação definitiva sobre o assunto.

Em relação à pecuária, Sérgio Zambiasi afirmou que o rebanho do estado apresenta alta qualidade, sendo a Região Sul considerada oficialmente livre de febre aftosa, fato que facilita a mobilidade do gado entre os estados e, sobretudo, as exportações para a União Europeia.



GARANTIA Segundo Suplicy, não há motivo para ministro achar as declarações "estranhadoras"

Suplicy explica declarações e tranquiliza Dirceu

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o ministro José Dirceu, da Casa Civil, não deveria ter motivos para considerar suas posições "estranhadoras" e decidiu esclarecer o teor dos comentários que fez sobre a entrevista do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, à revista *Veja*.

Dirceu fez a declaração ao programa *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo. Suplicy registrou que a afirmação de que os ministros Dirceu e Antonio Palocci, da Fazenda, seriam os mais fortes do governo é um fato, constatado por quem acompanha a política nacional.

Por outro lado, Suplicy discordou do comentário feito por Corrêa de que o presidente Lula esteja agindo de maneira diferente daquela que sempre caracterizou sua vida. O senador testemunhou que Lula continua sendo basicamente a mesma pessoa e mantém os mesmos ideais, objetivos e compromissos assumidos em sua vida pública.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) solidarizou-se com Suplicy.

Lula convidou PMDB para integrar governo, diz Renan

Segundo o líder do partido, apoio não se restringirá às votações no Congresso ou à indicação de ministros

O líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL), anunciou ontem que o PMDB foi formalmente convidado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para participar do governo. Em "conversa definitiva, franca e em tom cordial", segundo Renan, o presidente "evidenciou o papel estratégico do PMDB na formação de um pacto de poder com o PT".

Renan informou que ficou decidida a formação de uma comissão dos partidos aliados para discutir as alianças nos estados e municípios com vistas às próximas eleições. Além disso, Lula determinou à sua



COALIZÃO Renan garantiu que principal compromisso do PMDB é com a governabilidade

equipe a organização de um conselho político que deverá ser o foro das grandes decisões do governo.

Com a coalizão, afirmou o líder do PMDB, o que está em jogo não é apenas o apoio do partido no Congresso às propostas do governo ou ocupar ministérios, assegurando que não anteciparia de forma algu-

ma mudanças na equipe de governo. O ideal, disse, é que o PMDB seja integrado quando o presidente decidir o momento adequado de fazer uma ampla reforma ministerial.

– Estamos empenhados em aprofundar um pacto estratégico com o PT, que vai produzir uma aliança duradoura, definitiva e confiável para o país – observou o senador, salientando que o partido está disposto a dividir responsabilidades de governo, participar de decisões e ajudar na formulação das políticas públicas.

Renan lembrou iniciativas de seu partido nesse sentido, citando as propostas que permitiram a renegociação das dívidas agrícolas, a unificação dos programas sociais e a desoneração da cesta básica no novo modelo tributário. E ressaltou o compromisso do PMDB com a governabilidade.

Borges acusa controlador-geral de usar cargo para vinganças na Bahia

O senador César Borges (PFL-BA) fez um apelo ao presidente Lula e ao chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, para que tomem providências contra o chefe da Controladoria Geral da União, Waldir Pires, que estaria, segundo Borges, usando o cargo para se vingar de inimigos políticos.

César Borges assinalou que Pires tem usado até a Polícia Federal para constranger prefeitos, alegando estar cumprindo suas funções de investigar a utilização de verbas governamen-

tais nos municípios. Na verdade, segundo o parlamentar, o controlador-geral usa as prerrogativas do cargo contra seus adversários políticos, deixando prefeitos alvo de denúncias, como os de Itabuna (BA) e Alagoinha (BA), a salvo de qualquer fiscalização.

– Não é possível aceitar a arrogância e a falta de coerência de Waldir Pires, que, com ânimo de falso moralista, está usando uma política mesquinha e partidária para investigar os que lhe faziam oposição – afirmou.



ATUAÇÃO Borges disse que Pires usa até a Polícia Federal para pressionar os prefeitos baianos



OPINIÃO Almeida Lima acredita que presidente do STF agiu bem ao cobrar coerência do governo

Almeida Lima parabeniza Maurício Corrêa

O senador Almeida Lima (PDT-SE) parabenizou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, pela entrevista concedida nesta semana à revista *Veja*. O parlamentar disse que fazia a homenagem "pelas palavras, pelo acerto e, sobretudo, pela oportunidade" da entrevista.

Na opinião do senador, a entrevista teve mais repercussão pelo fato de o ministro não exercer cargo político partidário. Ele lamentou a tentativa do chefe da Casa Civil, ministro José Dirceu, de buscar desacreditar o presidente do STF, afirmando que Maurício Corrêa deveria se declarar impedido de julgar questões que envolvessem diretamente a União.

No mesmo pronunciamento, o senador Almeida Lima criticou a postura que vem sendo tomada pela Controladoria Geral da União. De acordo com o parlamentar, as auditorias vêm sendo feitas pelo órgão para constranger políticos. O senador citou o caso de uma cidade no interior de Sergipe, com menos de 10 mil habitantes, que recebeu, por mais de dez dias, dez auditores.

Demostenes condena o "espetáculo das indulgências"

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) criticou ontem em Plenário a interferência política no preenchimento de cargos federais. Reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* informou que filiados ao PT foram nomeados para 15,4 mil funções de confiança – 70% dos cargos dessa natureza existentes na administração da União.

– A generosidade petista consagra o maior espetáculo de distribuição de indulgências de que se tem notícia neste país – declarou, afirmando que a lotação dos cargos enseja a prática de "nepotismo, fisiologismo e perseguição política".

Para o senador, "o parcelamento politiquês dos cargos" seria visto com naturalidade pelo presidente do PT, José Genoino, e pelo ministro da Saúde, Humberto Costa.



Jefferson critica loteamento dos cargos comissionados

Os problemas ocorridos na Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e no Instituto Nacional do Câncer (Inca) indicam que o governo exagerou ao lotear cargos públicos, alertou ontem o senador Jefferson Péres (PDT-AM). Ele espera que os efeitos das indicações sirvam de lição ao governo e se declarou contrário ao preenchimento de cargos públicos por indicação política, principalmente em órgãos ligados à saúde e à Receita Federal.

– Gostaria muito que o Brasil tivesse um corpo burocrático profissionalizado, imune a pressões e ingerências políticas – defendeu o senador.



Requerimento pede criação de CPI para investigar caso

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem à Mesa requerimento assinado por 33 senadores de diversos partidos pedindo a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar os procedimentos administrativos adotados pelo governo federal, em especial as nomeações "de caráter estritamente político" na Funasa e a crise vivida pelo Inca, que teriam levado diretores da instituição a pedirem demissão devido a "injunções políticas".

Arthur Virgílio argumenta que, com a CPI, pretende evitar no campo da saúde "o desmoronamento por completo de tudo o que já foi feito de concreto e que funciona com eficiência".





Waldemir Rodrigues

POLÊMICA CAE discutiu atraso na votação, pelo Plenário, de projeto que beneficia as duas regiões

Senadores cobram verbas para regiões mais pobres

■ Jefferson Péres quer garantir participação crescente do Norte e Nordeste nas aplicações do BNDES

A demora na votação do projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que garante uma participação crescente das regiões Norte e Nordeste nas aplicações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) provocou, ontem, polêmica na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). “Estou chocado com essa protelação”, protestou o relator da matéria na CAE, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), acusando o governo de não ter cumprido o acordo que previa a votação do projeto logo após a audiência com o presidente do BNDES, Carlos Lessa, que ocorreu no dia 10 de junho último.

O presidente da CAE, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que requerimento do líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), para que o projeto de Jefferson Péres (PLS nº 9/1999) tramite conjuntamente com o PLS nº 207/2000, do senador Osmar Dias (PDT-PR), integra a pauta de hoje do Plenário. Mas, acrescentou, qualquer que seja a decisão, o projeto do senador amazonense retornará à deliberação da CAE.

Tebet atribuiu o atraso ao trancamento das votações no Senado, que já adiou por três vezes a decisão sobre o reque-

rimento de Tião Viana. Os senadores petistas Eduardo Suplicy (SP) e Ana Júlia Carepa (PA) afirmaram que não há qualquer objeção do governo em relação à tramitação da matéria. Mas essas explicações não estancaram os protestos dos senadores.

Benemerência

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) informou que ele e Jereissati vão apresentar requerimento para ouvir as explicações do presidente do BNDES sobre a reestruturação do banco e a possibilidade de financiamento para parceiros da América Latina, como Venezuela, Peru e Argentina.

Já o senador Almeida Lima (PDT-SE) lembrou que Jereissati apresentou seu relatório em 27 de maio, quando houve o compromisso de se ouvir o presidente do BNDES antes de votar o projeto de Jefferson. O líder da minoria, senador Efraim

Morais (PFL-PB), conclamou os representantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste a obstruírem as votações no Senado como forma de pressionar para que haja uma solução para o projeto.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse que compartilhava a mesma indignação do relator, porque é premente a necessidade de crédito para aquelas três regiões.

Na sua intervenção, Sérgio Guerra assinalou que as agências de desenvolvimento regional estão paralisadas e que por isso deixaram de ser repassados de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões.

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) lembrou a falta de estruturação das agências. Também protestaram contra a situação os senadores Mão Santa (PMDB-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Sudeste fica com mais da metade dos recursos

Entre janeiro e julho deste ano o BNDES liberou R\$ 14,2 bilhões em operações de financiamento. O Sudeste ficou com mais da metade dos recursos, o que reflete, em parte, a dimensão de sua economia. Veja abaixo uma comparação entre o peso da economia de cada região e quanto ela recebeu em recursos do banco nos sete meses de 2003

Região	Participação nos recursos liberados pelo BNDES	Participação na economia brasileira
Sudeste	53%	58%
Sul	24%	17%
Nordeste	10%	13%
Centro-Oeste	10%	7%
Norte	3%	5%

Fonte: BNDES/IBGE

CAE quer debater projeto da reforma tributária

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que vai propor ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), a realização de reuniões conjuntas dos dois colegiados com o objetivo de discutir a proposta de reforma tributária. A matéria, de iniciativa do governo Lula, está sendo examinada pela Câmara dos Deputados e deverá tramitar em breve no Senado.

Os integrantes da CAE reclamaram, na reunião de ontem, do fato de a comissão não dispor de competência regimental para apreciar propostas de emenda à Constituição. De acordo com o Regimento Interno do Senado, compete apenas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a emissão de parecer sobre emenda constitucional, cabendo ao Plenário a decisão final da Casa com relação à matéria.

O dispositivo regimental, na

opinião do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), contraria a idéia consensual de que a CAE é o foro mais adequado para discussão de assuntos de ordem tributária, econômica e financeira. Partiu de Bezerra a sugestão para reuniões conjuntas com a CCJ, no que foi apoiado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Mão Santa (PMDB-PI) e Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Tebet concordou com Fernando Bezerra e considerou “absurda” a não previsão regimental de que as propostas de emenda constitucional tramitassem em outras comissões permanentes.

A discussão surgiu em decorrência do anúncio feito por Ramez Tebet de que audiência que havia sido agendada para hoje, na comissão, com cinco governadores representantes das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste para debater a proposta de reforma tributária foi adiada a pedido dos convidados.



Waldemir Rodrigues

DÍVIDA Rosinha Matheus conversou ontem com Ramez Tebet (foto) e José Sarney sobre a situação financeira do estado do Rio de Janeiro

Subcomissão da dívida vai ouvir governadores

A Subcomissão Temporária da Dívida Pública ouve hoje, a partir das 10h, a governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus (PMDB). Ela debaterá com os parlamentares as dívidas dos estados.

O governador do Amazonas, Eduardo Braga, já foi ouvido pela subcomissão, que deve convidar em seguida os governadores Aécio Neves (PSDB), de Minas Gerais, e Germano Rigotto (PMDB), do Rio Grande do Sul.

Instalada em 18 de agosto, após requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a

subcomissão tem como presidente o senador César Borges (PFL-BA) e como vice-presidente o senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Audiência

Rosinha Matheus foi recebida ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, com quem conversou sobre a reforma tributária e a possibilidade de o estado do Rio de Janeiro poder usar recursos de contas ciosas para atender a compromissos inadiáveis. Ela também discutiu a reforma com o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Ramez Tebet.

Jane de Araújo



CRIADOR E CRIATURA O cartunista Ziraldo recebe um abraço de seu personagem, o Menino Maluquinho, que ilustra a cartilha do Senado

Senado lança cartilha para visitantes mirins

O presidente do Senado, José Sarney, participou do lançamento da cartilha *Eu Senador um Passeio!*, do cartunista Ziraldo, realizado ontem no Auditório Petrônio Portella, lotado por estudantes. Ao falar às crianças, José Sarney usou exemplos práticos para explicar temas importantes como a educação pública gratuita e a punição para maus-tratos a menores.

– Vocês, como cidadãos brasileiros, são os donos do Senado Federal, e agora o Menino Maluquinho vai tornar mais

agradável a visita à sua Casa – disse, para quem o lançamento da cartilha significa estabelecer uma “ponte muito necessária” entre as novas gerações e as instituições brasileiras.

A cartilha será distribuída às crianças que fizerem o passeio pelo Senado, organizado pela Subsecretaria de Relações Públicas, e utiliza o personagem de Ziraldo para explicar, de forma lúdica, o funcionamento do Senado e seu papel institucional, o processo legislativo e a base democrática da representatividade parlamentar.

Célio Azevedo



RELEVÂNCIA Em visita à CCJ, alunos ouvem o senador Edison Lobão explicar que todos os projetos passam primeiro por essa comissão

Estudantes aprendem como nascem as leis

Um grupo de 70 alunos da Escola Vera Cruz, de São Paulo, visitou ontem o Senado. Os estudantes do terceiro ano do ensino médio conheceram o funcionamento da Casa, com destaque para os trabalhos das comissões, e souberam como um projeto se transforma em lei.

Os alunos iniciaram a visita ao Senado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde foram recebidos pelo presidente Edison Lobão (PFL-MA), que fez um relato de como funcionam as co-

missões permanentes, informando que todos os projetos passam, em primeiro lugar, pela CCJ, para saber se não ferem a Constituição federal.

A coordenadora do grupo, professora Maria Lídia Bueno Fernandes, informou que os alunos também deveriam se encontrar com senadores de vários partidos políticos, além de visitar algumas dependências da Casa, como a biblioteca, que conta com um dos maiores acervos na área de Direito e de Ciências Sociais do país.

Comissões querem dados sobre negociação com FMI

Assuntos Econômicos e Infra-Estrutura aprovam realização de audiência com ministro da Fazenda

Os acordos que o Brasil está negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) deverão ser explicados aos senadores pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles. Decisões nesse sentido foram tomadas pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), e é provável que o comparecimento dos dois integrantes do governo se dê em audiência pública conjunta.

Na CAE, o requerimento de audiência pública para ouvir o ministro da Fazenda e o presidente do BC foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e aprovado na reunião de ontem. Segundo Suplicy, tanto Palocci quanto Meirelles já manifestaram interesse em comparecer com frequência ao Senado para informar sobre o andamento das conversações e as dificuldades encontradas pela equipe econômica nas negociações com o Fundo.

O senador Efraim Morais (PFL-PB) sugeriu que o econo-



Márcia Kalline

ENTENDIMENTOS Palocci deve falar sobre os acordos com o Fundo Monetário Internacional

mista Celso Furtado seja convidado a participar do mesmo debate, já que se manifestou favorável à declaração de moratória do pagamento da dívida externa por parte do Brasil.

Na CI, o requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) para audiência com o ministro da Fazenda também foi aprovado ontem. Cláusulas do acordo em vigência, segundo a senadora, têm sido a principal causa da falta de investimentos na área de infra-estrutura.

Petróleo

A requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES), a CI aprovou também solicitação para que o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Sebastião do Rego Barros, dê esclarecimentos sobre a exclusão de 162 blocos da Bacia do Espírito Santo de processo de licitação para exploração

de petróleo. Por sugestão do senador Sibá Machado (PT-AC) também será ouvido o presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marcus Barros.

Camata explicou que seu objetivo é conhecer os motivos e “os traidores” envolvidos na exclusão dos blocos da bacia capixaba. Ele lembrou que, recentemente, foi descoberta “uma província petrolífera com capacidade de aproximadamente 1 bilhão de barris” na costa do Espírito Santo.

Os senadores Sibá Machado, Augusto Botelho (PDT-RR), Delcídio Amaral (PT-MS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) registraram seu apoio à decisão.

A CI também aprovou requerimentos do seu presidente, senador José Jorge (PFL-PE), e do senador César Borges (PFL-BA) solicitando esclarecimentos sobre problemas financeiros enfrentados por empresas gestoras dos metrô de diversas capitais no país. Com esse objetivo, serão convidados a secretária-executiva do Ministério das Cidades, Ermínia Maricato; o secretário de Infra-Estrutura de Pernambuco, Fernando Dueire; e o prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy (PFL), além de representantes da direção da empresa Ferrovia Centro Atlântica e da Brasil Ferrovia.

CAE aprova estímulo a microdestilaria de álcool em áreas de assentamento

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 32, de 2003, que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool (Promicro), voltado para atender as cooperativas de produção agrícola e os projetos de pequenos produtores rurais de áreas de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O estímulo à implantação de unidades com capacidade de produção diária de até 5 mil litros de álcool é o prazo concedido para os financiamentos desses projetos, que terão oito anos para quitação, com dois de carência. O projeto, de autoria do deputado Gilberto Kassab (PFL-SP), não es-

tabelece tetos para encargos.

O programa proposto, que recebeu parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), cujo relatório foi lido pelo líder da minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), inclui não só a produção de álcool etílico, mas também o aproveitamento agrícola e industrial de outros produtos derivados da cana-de-açúcar, como a palha e o bagaço para projetos de autoprodução e co-geração de energia elétrica.

O relator da matéria na CAE ressaltou a importância da iniciativa, lembrando que o grande desenvolvimento da indústria sucroalcooleira se manteve restrito às grandes empresas. “Nas regiões de produção de álcool, os pequenos produtores se limitam a tra-

balhar como fornecedores das grandes usinas”, explicou Jonas Pinheiro, observando que a tecnologia para a microdestilaria está disponível a um custo compatível com a capacidade de investimento desses agricultores.

O projeto, segundo o senador, oferece ao pequeno produtor uma alternativa de agregação de valor à sua produção e contribui para a co-geração de energia elétrica. Dados do Ministério de Minas e Energia, citados no relatório, mostram que o potencial é de 12 mil megawatts de co-geração a partir do aproveitamento do bagaço da cana-de-açúcar. “Em um país que esteve à beira de um colapso energético, esse potencial não pode ser ignorado”, destacou o senador.



IDOSOS Senadores da Comissão de Educação também aprovaram 27 de setembro como o Dia do Idoso

2004 poderá ser o Ano da Mulher

Por unanimidade, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a projeto da Câmara (nº 43/2003) de autoria do deputado Maurício Rabelo (PL-TO) que institui 2004 como o Ano da Mulher. A data, de acordo com o projeto, visa "contribuir para o aprofundamento da consciência cidadã sobre o papel da mulher na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática". A matéria segue para votação no Plenário do Senado.

Raupp lembrou que a escolha é oportuna, uma vez que em 2005 deverá ocorrer a 5ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher. Dessa forma, notou, com as comemorações do Ano da Mulher

em 2004, haverá tempo suficiente para se preparar uma agenda destinada a ser apresentada no evento, que ocorre a cada dez anos.

Dia do Idoso

Na mesma reunião, a Comissão de Educação, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), aprovou ainda parecer do senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) a projeto da Câmara que institui o Dia Nacional do Idoso, a ser comemorado no dia 27 de setembro de cada ano. Para o senador, a data servirá para que o Estado reavalie as políticas públicas voltadas para o atendimento do pessoal da terceira idade.

– Em todo o mundo, a população de idosos tem assumido significativa importância, prin-

cipalmente em razão do contínuo aumento de seu contingente. No Brasil, as estimativas prevêem que, em 2020, o número de idosos superará os 30 milhões e representará, aproximadamente, 15% da população brasileira – informou Quintanilha.

O senador prestou homenagem ao professor João Batista de Medeiros, do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados à causa do pessoal da terceira idade.

A Comissão de Educação também aprovou projeto do Executivo (PLC nº 40/2003) que altera a denominação da Universidade do Rio de Janeiro (Unirio) para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Comissão vai pedir agilidade aos deputados

A Comissão de Educação (CE) pretende encaminhar à Mesa do Senado solicitação de providências legais no sentido de recomendar à Presidência da Câmara dos Deputados agilização na apreciação dos projetos de autoria de senadores que tramitam naquela Casa legislativa.

A decisão foi tomada por unanimidade ontem pelos membros da CE, depois de o presidente Osmar Dias (PDT-PR) voltar a condenar a demora no exame dos projetos de lei já aprovados pelo Senado e encaminhados à Câmara para apreciação.

Osmar Dias informou que muitos projetos levam cerca de quatro a cinco anos para serem apreciados pela Câmara, o que ele considera um absurdo, en-



MOROSIDADE Segundo Osmar, projetos dos senadores tramitam até cinco anos na Câmara

quanto os encaminhados pela Câmara ao Senado, via de regra, têm tramitação rápida. Os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Leomar Quintanilha (PFL-TO) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ) concordaram com as colocações do presidente da Comissão de Educação.

CE discute capital externo nas faculdades

O senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu ontem aos membros da Comissão de Educação que reflitam e deem a sua opinião sobre o impacto de uma possível entrada do capital estrangeiro no ensino superior do país.

Osmar Dias fez o apelo em virtude de o tema estar em evidência no próprio Ministério da Educação e começar a ganhar as manchetes dos principais jornais do país.

O presidente da CE antecipou a sua posição e disse não ver problema nenhum no ingresso de capital externo para financiar instituições de ensino superior, desde que se garanta a base curricular e que a legislação atual que rege a educação seja suficiente para preservar o bom ensino nas universidades.

Ampliação de áreas indígenas preocupa Jonas

Senador adverte que remarcações da Funai ameaçam inviabilizar a agropecuária no estado de Mato Grosso



DISTORÇÃO Jonas disse que cada índio ficará, em média, com 2 mil hectares de terra

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) se disse ontem preocupado com os processos de ampliação das reservas indígenas de Mato Grosso que vêm sendo adotados pela Fundação Nacional do Índio (Funai), que apontam para a anexação de 25 milhões de hectares de áreas indígenas aos 15,6 milhões de hectares já existentes.

– Significa que poderemos ter cerca de 41 milhões de hectares para uma população que não atinge 20 mil habitantes – afirmou o senador, acrescentando que cada índio ficará, em média, com 2 mil hectares.

Jonas Pinheiro observou que a Funai pratica "uma invasão sistemática de terras produtivas" e que os agricultores e demais trabalhadores do campo

consideram a política do órgão federal como "despropositada", que comprometerá a atividade agropecuária. O parlamentar lembrou que diversas fazendas de Mato Grosso estão sendo constantemente invadidas por índios armados, representando uma ameaça à segurança dos cidadãos.

– Sem condições para produzir, não se pode prever um futuro satisfatório para os habitantes da região – advertiu.

Raupp quer mudar as normas de preservação

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a sociedade de Rondônia aguarda resposta do Ministério do Meio Ambiente sobre o pedido de alteração nas regras que determinaram a preservação de 80% da cobertura florestal do estado – os 20% restantes poderiam ser utilizados para atividades agropecuárias. De acordo com Raupp, toda a bancada rondoniense no Congresso, o governador, a Assembleia Legislativa, os prefeitos e vereadores subscreveram proposta alternativa apresentada à ministra Marina Silva.

Pela proposta, em uma das áreas definidas pelo zoneamento econômico e ambiental do estado seria permitido o uso de 70% de cada propriedade. Nesta zona encontram-se mais de 50 mil propriedades produtivas. O aumento nas áreas não



DIFERENÇA Raupp explicou que, com sua proposta, Rondônia preservará 70% do território

preservadas seria compensado com a criação de mais de 40 reservas de preservação ecológicas, extrativistas e indígenas.

Na prática, explicou o senador, em vez dos 80% de preservação, Rondônia estaria preservando 70% de seu território.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Efraim de Moraes e Augusto Botelho